

Fonte: <http://www.portaldaindustria.org.br>

24/03/2015

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA CNI, ROBSON BRAGA DE ANDRADE, NA SOLENIDADE DE ABERTURA DO 10º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA (ENAI), REALIZADO NO CENTRO INTERNACIONAL DE CONVENÇÕES DO BRASIL, EM BRASÍLIA. 11.11.2015.

Senhoras e Senhores,

Sejam todos muito bem-vindos.

Este **Encontro Nacional da Indústria (ENAI)** se realiza em um momento extremamente complexo da história do Brasil.

Vivemos uma situação que exige urgência na solução de questões econômicas, políticas e institucionais que são obstáculos ao pleno desenvolvimento do país.

Neste ano, o eixo central dos debates do ENAI será justamente **“Brasil: ajustes e correções de rota”**. Hoje e amanhã, discutiremos a crise brasileira e os entraves, sejam eles conjunturais ou estruturais, ao aumento da competitividade da economia brasileira.

Nos painéis do encontro, trataremos dos cenários da economia, analisaremos a importância do Congresso Nacional para o ambiente das empresas, debateremos soluções para elevar a produtividade na indústria e para inovar a ação sindical, e promoveremos a discussão de uma agenda para o setor industrial.

No segundo dia da programação, teremos a honra de receber o ex-presidente dos Estados Unidos BILL CLINTON, que vai proferir a palestra magna sobre a economia global pós-crise.

Com as discussões que teremos, vamos colaborar, mais uma vez, com o debate nacional em favor da superação de problemas que atrasam a realização do nosso potencial como uma das maiores economias do mundo.

Afinal, não podemos assistir, como meros espectadores, à deterioração do país. É preciso trabalhar para evitar que a crise se aprofunde, tornando ainda mais difícil a remoção dos obstáculos que nos afligem.

É fundamental que o Brasil possa garantir uma agenda mínima que nos permita enfrentar as dificuldades de governabilidade e que possibilite prover as demandas de modernização econômica, política e institucional.

Essa pauta já existe. Ela está presente nas propostas que apresentamos, no ano passado, aos candidatos a presidente da República e, apenas para citar exemplos recentes, também se manifesta na **Agenda Brasil**, feita pelo Senado Federal, e no documento **Ponte para o Futuro** lançado pelo PMDB.

Na verdade, temos todos os diagnósticos.

Precisamos, agora, é de ação, de construção de consensos, de firme decisão política para fazer, com rapidez, as mudanças normativas e legislativas de que o país necessita.

A travessia exige rumo e comprometimento em torno das reformas institucionais. Não podemos deixar que o imobilismo, a inércia e a falta de compromisso público destruam o Brasil.

As reformas econômicas precisam ser acompanhadas da modernização das instituições políticas, para que não tenhamos que viver, de novo, o clima de paralisia que tomou conta do cenário nos últimos meses.

A indústria não aguenta mais. O país não aguenta mais.

Senhoras e Senhores,

O Brasil é maior do que qualquer crise. Sempre soubemos enfrentar e vencer momentos difíceis. Mas é importante que se tenha uma perspectiva mais ampla sobre a atual situação.

A situação é mesmo grave. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 2,1% no primeiro semestre de 2015 e deve fechar o ano com retração de 3%. Será o pior resultado desde que o confisco de ativos financeiros produziu uma recessão de 4,35% em 1990.

Os números da indústria em 2015 serão, infelizmente, ainda piores. A contração do PIB industrial deve ser de 6,1%, com queda de 8,2% na construção e de 9,5% no segmento de transformação.

Dessa forma, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto continuará caindo. Esse segmento chegou a representar 25% do PIB nas décadas de 1980 e 1990, tendo um declínio gradual desde então e podendo chegar a apenas 9% neste ano.

Os desajustes do Estado brasileiro estão na raiz desse desempenho econômico muito aquém do nosso potencial.

Alguns desses desajustes são facilmente identificados:

- Um Estado mal dimensionado e burocrático;
- Regras que estimulam o crescimento contínuo dos gastos públicos e pressionam o aumento da carga tributária;
- Insegurança jurídica;
- Paralisa decisória, indefinição de prioridades e agendas que não evoluem;
- Incapacidade de prover serviços eficientes nas atividades básicas do Estado;
- Regulações excessivas e ineficientes, que estimulam a burocracia e a corrupção.

Tudo isso tem um enorme impacto na qualidade de vida das pessoas e na produtividade, que é a forma primordial de promoção do crescimento sustentado. A expansão econômica de longo prazo depende criticamente da produtividade e da inovação.

No Brasil, existe uma conjugação de fatores em favor da ineficiência. O setor público necessita mudar para ser eficaz. A sociedade precisa de um Estado que gere resultados, não de um que produza problemas em escala industrial.

A complexidade é característica das sociedades abertas e democráticas. O diferencial que traz o sucesso está em criar instituições funcionais que tenham capacidade de negociar soluções, tomar decisões e criar um ambiente favorável à prosperidade.

A agenda adequada para a superação do momento em que vivemos vai além da resolução de temas conjunturais. Ela precisa atacar entraves estruturais.

As transformações na relação entre o Estado e a economia têm impacto na forma de operação do setor privado. Isso se reflete na governança, nos procedimentos e na forma de interação entre as duas áreas. Ou seja:

- O Estado precisa ser eficiente, ágil, transparente e com competências bem definidas;
- Nossas leis e regras devem favorecer a racionalização de despesas, e não o crescimento contínuo de gastos e a má alocação de recursos;
- As decisões tomadas e os critérios que as fundamentam devem ser de amplo conhecimento público, com um processo permanente de prestação de contas à sociedade;
- As ações precisam ser feitas com base no benefícios, mas também nos custos.

O Brasil pode crescer mais e melhor ao enfrentar as questões regulatórias. São medidas de baixo custo fiscal que têm a capacidade de reduzir ou eliminar a insegurança jurídica e os obstáculos à produção e ao investimento.

A magnitude e a intensidade da crise aumentam a importância de ações que gerem impactos sobre as condições de operação das empresas. Há muito a ser modificado na estrutura tributária, nas relações de trabalho, na legislação ambiental e na regulação das concessões.

O momento exige transformações abrangentes. É preciso que o setor público se comprometa com uma profunda melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

A agenda passa pelo reequilíbrio macroeconômico, pois a estabilidade e a previsibilidade são condições fundamentais para o crescimento. Mas o ajuste precisa ser rápido e cirúrgico para minimizar os custos que o acompanham.

Nessa agenda, é fundamental sustar iniciativas que agravem o quadro fiscal de longo prazo, aumentem custos para as empresas, deteriorem as condições de competitividade e gerem incertezas sobre o futuro.

É com crescente preocupação que acompanhamos o jogo político se transformar em fonte de construção de despesas para o futuro. Esse jogo destrói o país.

O problema fiscal brasileiro deve ser enfrentado de forma estrutural. As fontes de pressão sobre os gastos públicos precisam ser atacadas na origem, evitando que despesas sejam criadas.

É necessário rever regras automáticas de expansão dos gastos, assim como se deve dar atenção às mudanças demográficas que afetam a Previdência Social.

Não podemos mais ser submetidos a ajustes provisórios e de baixa qualidade, que penalizam investimentos e elevam a própria ineficiência do Estado.

Rejeitamos, de todas as formas, as constantes propostas de criação de impostos e de aumento dos já existentes. Não aceitamos, de jeito nenhum, a ressurreição da CPMF.

Quem produz e cria empregos neste país não suporta mais pagar tanto imposto.

Quem gera riquezas neste país não tolera mais ser submetido a um sistema tributário caro, complexo e ineficiente.

Pelo caminho do aumento da carga tributária, não chegaremos a lugar algum. Por essa via, só se conseguirá agravar o cenário de recessão ao qual fomos lançados por medidas equivocadas, que precisam ser corrigidas.

É preciso melhorar o ambiente de negócios com mudanças que gerem impacto na percepção dos produtores e investidores, notadamente nas áreas tributária e de relações do trabalho.

Aqui, cabe um comentário: o mundo de incertezas, obstáculos e interferências das relações de trabalho no Brasil é, hoje, um dos principais problemas que precisamos enfrentar. Ele aniquila a vontade de empreender e limita a criação de empregos.

Não por acaso, quando visito empresas, independentemente de seu tamanho, identifico uma ânsia em aumentar a automação e usar robôs para evitar o excesso de problemas trabalhistas.

Também necessitamos de uma revolução na infraestrutura, área que abre grandes oportunidades. Após mudanças em alguns marcos regulatórios, o fundamental, agora, é atuar para que as condições de atração do investimento sejam realistas, seguras e rentáveis.

Da mesma forma, devemos assegurar o foco nas exportações por meio de iniciativas que promovam a desburocratização, a facilitação do comércio, a abertura de mercados e a mudança de preços relativos que tornem atraente a atividade exportadora.

O país não pode mais postergar a solução dos seus problemas econômicos, políticos e institucionais. Eles são graves, complexos e urgentes. Não é possível aguardar por um momento em que as questões em jogo sejam gradual e lentamente resolvidas.

Temos pressa. Não podemos mais esperar.

Precisamos atuar com energia e persistência. Essa é uma tarefa de todos: empresários, trabalhadores, instituições da sociedade civil, governo, Congresso e Judiciário.

Caros companheiros,

A indústria brasileira é o segmento produtivo que mais sofre o impacto negativo do ambiente recessivo que domina nossa economia.

A queda de demanda e as condições de competitividade terminam por reduzir a produção e o emprego, desestimulando o investimento e minando nossa confiança.

Ser empresário, nesse ambiente, é um desafio muito difícil. Os obstáculos tributários e trabalhistas travam o espírito empreendedor e retiram as condições de se produzir mais e de gerar empregos de qualidade.

A burocracia sufocante impõe exigências descabidas e onerosas às nossas empresas, mesmo em momentos de dificuldades.

Estamos aqui, no ENAI, para apresentar sugestões e propostas para mudar o Brasil. Somos um grupo muito grande e importante de empreendedores que luta para produzir, investir e fazer o país crescer.

Esse bom combate se faz, também, com nossa ação sobre os representantes no Congresso.

Cada um de nós precisa pressionar deputados e senadores para que contribuam na construção desse ambiente de flexibilidade e de estímulo ao investimento e à produtividade.

Sem nossa ação, as necessárias medidas de ajuste e de correção de rota dificilmente vão avançar.

A indústria precisa de vocês não apenas em suas fábricas, onde labutam pela eficiência e a produtividade, mas em suas bases, na ação de convencimento e de mobilização para viabilizar as propostas que poderão transformar o país.

A indústria e o Brasil contam com seu entusiasmo e participação. Como já fizemos várias vezes, vamos sobrepujar mais essa crise, com trabalho e energia.

Os desafios são grandes, mas a nossa capacidade de superá-los é ainda maior.

Devemos manter o otimismo e a confiança no nosso país.

Este momento adverso certamente passará, com o nosso trabalho e a nossa união.

Bom trabalho a todos.

Muito obrigado.